

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: A REPRESENTATIVIDADE FEMININA BRASILEIRA NA ARQUITETURA E URBANISMO DO SÉCULO XX

LAUFER, Carolina de Gois.¹OLDONI, Sirlei Maria.²

RESUMO

Esta pesquisa busca discutir a igualdade de gênero, focada especificamente na representatividade feminina brasileira na Arquitetura e Urbanismo do século XXI. Este trabalho encontra-se em andamento, por essa razão, serão apresentadas apenas as aproximações teóricas, relacionadas ao estudo da história da Arquitetura e Urbanismo, com o objetivo de identificar a atuação feminina no campo arquitetônico ao longo do tempo, buscando entender os desafios e conquistas do percurso profissional feminino. A hipótese é de que falta representatividade de mulheres na história da profissão. A base para essa pesquisa se fundamenta em estudo bibliográfico acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Representatividade, Feminismo, Arquitetura, Urbanismo.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é recorte de pesquisa em andamento, vinculada à etapa de trabalho de curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz - FAG. Insere-se na linha de pesquisa denominada “Fundamentos de Histórias e Teorias”, sendo parte do o grupo de pesquisa GUEDAU (Estudos e discussões sobre a arquitetura e urbanismo), a qual pretende gerar discussão a respeito do tema principal da pesquisa (CAUFAG, 2019).

Sabe-se que o mercado de trabalho na área da arquitetura e de urbanismo é predominantemente feminino³ (SICCAU, 2019), no entanto, apesar disso, a representatividade masculina é muito mais evidente. Um exemplo disso é que atualmente, apenas 7 das 27 presidências do Conselho de Arquitetura e Urbanismo dos estados brasileiros são ocupadas por mulheres e das 32 vice-presidências, dez dos cargos são regidos por mulheres (SICCAU, 2019).

Agrest (1965, p.585) ressalta que o alicerce do pensamento arquitetônico no ocidente se fundamentou em uma arquitetura genérica, que neutralizou o sexo e criou o sujeito “universal”. Porém, a história e a linguagem utilizadas se revelaram como um mecanismo para invisibilizar a mulher, onde a figura, proporção e escrita masculina acabaram por consolidar o homem como

¹ Graduanda do 9º Período. Pesquisa em andamento de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: carol_laufer@hotmail.com

² Professora orientadora desta pesquisa. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário FAG (2013); especializada em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário FAG (2015); mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Maringá - UEM e Universidade Estadual de Londrina - UEL (2016). E-mail: sirleioldoni@hotmail.com

³ De acordo com a pesquisa apresentada pelo Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU, 2019) em março de 2019, atualmente, 63,10% dos arquitetos e urbanistas ativos e registrados no Brasil são mulheres, enquanto 36,90% são homens. Para ser mais exato, o total de profissionais brasileiros somam-se em 167.060, sendo 105.420 mulheres e 61.640 homens.

protagonista central, pois quando se trata da história feminina da arquitetura, as pesquisas relatam sofrer deslegitimação, de maneira que os trabalhos relacionados às mulheres fossem feitos apenas para elas, como um anexo a história “original” da arquitetura (FONTES, 2016, p.104).

Beuvoir (1970, p.21) revela que discussões feministas prezam pela igualdade completa dos sexos, onde a feminilidade não se torna um obstáculo – problema que para uma mulher parece essencial e que para homens, denotam o desinteresse.

Adichie (2014, p.60) relata que a conotação negativa relacionada à questão de gênero e principalmente ao termo “feminismo” se dá principalmente pela falta de reflexão dos homens acerca do tema, visto que não experienciam o mundo da mesma maneira que as mulheres e estão habituados a usufruir da dominância, assim, presumem a inexistência às problemáticas relacionadas ao temas.

Portanto, essa pesquisa tem como objetivo compreender a presença feminina em espaços de protagonismo na história da arquitetura e do urbanismo e, portanto, faz o seguinte questionamento: As mulheres atuaram no desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo ao longo da história da mesma forma que os homens?

Para tanto, tem como objetivo específico: a) apresentar o percurso das mulheres no mercado de trabalho no contexto geral; b) expor a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro; c) apresentar a gênese do desenvolvimento da arquitetura e urbanismo na história e seus atores; d) apresentar as mulheres que influenciaram na história da arquitetura e do urbanismo em um contexto geral; e) apresentar as mulheres na arquitetura e urbanismo no Brasil e f) concluir em resposta ao problema da pesquisa.

Para a discussão dos dados obtidos na pesquisa, os mesmos são organizados através de uma tabela que auxiliam na compreensão e sintetização dos mesmos. A hipótese é de que há a falta de representatividade de mulheres na história da profissão.

A pesquisa é sustentada através de pesquisa bibliográfica, como aponta Manzo (1971), através da bibliografia pode-se resolver problemas já conhecidos ou explorar novas áreas onde os problemas não são precisos. Gil (2002) ressalta que a pesquisa bibliográfica permite ao investigador cobrir uma gama de fenômenos muito mais ampla sobre o objeto de estudo.

Como marco teórico norteador da pesquisa, utiliza-se a simples, mas categórica afirmação de Elzbieta Hibner (1992, p.148): “Quanto mais perto do topo você chega, menos mulheres você encontra.”

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Nas sociedades antigas, a divisão do trabalho era realizada de acordo com o sexo, onde o homem era designado ao trabalho de caçador e a mulher era responsável pelo âmbito familiar. Na sociedade egípcia antiga, apesar da divisão sexual do trabalho ainda ter se mantido, vale lembrar que as mulheres desfrutavam do poder jurídico, podendo até se divorciarem e ainda possuíam certa participação social (PRATAS, 2011, p.162). A responsabilidade de prover sustento para a casa era masculina, assim como toda a participação social era apenas incumbida ao homem. Devido à mulher ter sido restringida ao espaço privado, seu contato com o mercado de trabalho foi mínimo (PROST, 2003).

Saffioti (1987, p.47-60) mostra que o patriarcado – sistema de dominação masculina sob a mulher – estabeleceu-se no mundo há cerca de seis milênios. Na Grécia e na Roma antiga, estando ele fundido ao sistema escravocrata. O mesmo se perpetuou no sistema feudal, fazendo do patriarcado o sistema mais antigo sistema de dominação-exploração.

Beuvoir (1970, p.125) destaca que alguns privilégios existiam nas aldeias da Idade Média: a mulher participava de assembleias nas aldeias e de reuniões para definir os governantes aos Estados Gerais e ainda tinha o poder de decisão sob a posse dos bens da família. Foi no século XVI então, que as mulheres foram encarceradas no lar doméstico, perdendo a pouca participação social que possuíam, tendo como justificativa a fragilidade feminina. Mas, de acordo com Duby (2011, p.14), apesar de obterem alguns privilégios, mesmo na Idade Média a mulher era reprimida de dois modos: o primeiro através da cultura matrimonial ruralizada – onde a mulher era obrigada a se casar para preservar o patrimônio em posse da família; e o segundo através de uma construção eclesiástica, onde a sexualidade era vista como o mal deveria ser refreada.

Avançando na história, Perrot (1995, p.15-17) relata que a situação da mulher obteve certa mudança somente através do aparecimento dos estudos antropológicos e sociológicos, que possuíam interesse em relatar a história das mulheres. Também, outro fator de mudança, foi o surgimento dos movimentos das mulheres em busca por direitos e combatendo a desigualdade iniciados na França a partir dos anos 1970 responsáveis por fomentar diversas discussões e reflexões acerca do tema feminista.

Beuvoir (1970, p.17) relata que na Revolução Industrial, as reivindicações feministas saíram do campo teórico para o campo econômico, fazendo com que a emancipação feminina se tornasse uma ameaça aos burgueses, que defenderam com veemência as antigas tradições onde a mulher deveria estar restrita ao lar. Ainda, Oliveira (2004, p.88) descreve que a presença feminina nas indústrias foi importante para aumentar a mão-de-obra. Porém, a imagem idealizada de sua distinção frágil comparada ao homem, justificou o pagamento de baixos salários e da exclusão.

Scott (1991, p.444) descreve que a entrada da mulher no mercado de trabalho era vista como impossível, pois a sua atividade de criar os filhos e os afazeres domésticos as impediriam de trabalhar fora de suas casas por longos períodos. Assim, outra justificativa surgiu para o pagamento de salários mais baixos, pois as mulheres teriam de abandonar o emprego remunerado em reflexo de suas obrigações domésticas e maternais.

A divisão sexual do trabalho que no período pré-histórico enaltecia o homem pela sua força física e capacidade de proteção, foi então substituído, no século XIX, pelo discurso da divisão através de dois princípios básicos: a separação entre os gêneros, alegando que há trabalhos específicos para homens e específicos para mulheres, e a hierarquização, que valoriza muito mais o trabalho masculino em relação ao feminino (SÁ, 2010, p.92).

O valor do trabalho feminino influenciou diretamente na contratação da mão-de-obra da mulher no século XVIII e XIX, onde eram sempre empregues em cargos onde o custo para a empresa seria menor. Estava claro que a mão-de-obra feminina custava menos. E ainda, os cargos incumbidos a elas era definido de acordo com o que se acreditava ser adequado às suas capacidades físicas, como trabalhos têxteis, costura ou impressão (SCOTT, 1991, p.453).

Apesar de terem conseguido espaço no mundo do trabalho com a chegada da década de 1970, a obrigação da mulher de ser responsável pela família, obrigando-a a viver a tripla jornada de trabalho (KANAN, 2010, p.248). Vieira e Amaral (2013) explicam que há consequências psicológicas graves para uma mulher na sociedade trabalhadora: a pressão social levou a mulher a carregar a culpa por optar trabalhar formalmente e não cumprir o seu “dever” maternal, e quando opta por viver em função da família, a mulher é tomada pelo sentimento de fracasso por não se inserirem no mercado de trabalho.

Segundo Adichie (2014, p.25), os homens “governarem o mundo” fazia sentido no passado, onde sua força era essencial para a sobrevivência da espécie. Mas, atualmente, a pessoa mais qualificada para a liderança reside em sua capacidade psicológica e intelectual.

2.1.1 O cenário brasileiro

No Brasil, durante o período colonial (1500-1822) a estrutura familiar era definida por um modelo patriarcal latifundiário, onde o homem era o chefe da família e proprietário das terras, dos escravos e das vidas de seus subalternos. A relação entre o homem e a mulher era apenas de dominação, onde a função da mulher se resumia a reproduzir herdeiros e obedecer às ordens do senhor, e no caso das filhas, deveriam aceitar o matrimônio arranjado imposto pelo pai em negociações lucrativas. Essa estrutura social repressiva permaneceu inalterada no Brasil por mais de três séculos. (MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, 2011, p.118).

D’Incao (2004, p.226) relata que o cenário da mulher reclusa só se alterou com as mudanças urbanas no fim do século XIX e início do século XX, onde a mulher da elite burguesa adquiriu a liberdade para conviver em sociedade, frequentando bailes, cafés e teatros. Porém, essa liberdade era apenas parcial, pois a mulher era submetida ao controle do marido ou do pai, devendo sempre se portar educadamente no âmbito público.

Dessa forma, Rago (2004, P.580-581) informa que a inserção feminina no mercado de trabalho brasileiro aconteceu da mesma forma que na Europa, através do início da industrialização. A mão de obra feminina imigrante constituiu grande parte da força de trabalho industrial por volta de 1890, especificamente, porque era abundante e barata. Porém, seus cargos eram principalmente na área da tecelagem e fiação, enquanto setores metalúrgicos e mobiliários eram ocupados predominantemente por homens. Porém, ao contrário do que se imagina, as mulheres não foram lentamente conquistando seu espaço nas indústrias. Independente da classe social, as mulheres enfrentavam inúmeras dificuldades como intimidação física, variação salarial, assédio sexual, desqualificação intelectual e hostilidade por parte da família em um trabalho público. Assim, as mulheres foram progressivamente expulsas do mercado fabril, enquanto em 1872 as mulheres representavam 72% da força laboral, em 1950 representavam apenas 23%.

Bassanezi (2004, p.624) relata que a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro então, se concentrou em outras áreas comerciais. Áreas como a medicina, comércio de varejo, assistência social e educação passaram a receber um maior número de mulheres empregadas, alterando definitivamente o status social feminino. Apenas na década de 1980 que ocorre a mobilização de diferentes setores sociais em prol da redemocratização brasileira. Grupos de mulheres trabalhadoras se unem com grupos feministas, organizações sindicais e partidos políticos com o objetivo de fomentar a discussão sobre a divisão sexual do trabalho. Assim, aos

poucos, as mulheres brasileiras conseguem penetrar nas estruturas sociais ocupadas por homens, nos cargos de diretoria, partidos políticos, entre outros (GIULANI, 2004, p.644).

Dados divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), dentre o total de mulheres em idade economicamente ativa para participarem do mercado de trabalho, apenas 50% realmente estão inseridas no âmbito profissional.

De acordo com Jesus (2006, p.71), entre o período de 1995 a 2014, a participação feminina considerando o índice de População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, aumentou em 9,18%. Segundo a autora, uma das causas do aumento da participação ativa feminina no mercado de trabalho é a relação com a diminuição do número médio de filhos na família. De acordo com Alves (2019), a taxa média de filhos por mulher, chamada de Taxa de Fecundidade Total (TFT) era de 3,6 entre 1980 e 1985. Entre 2005 e 2010, a TFT diminuiu para 1,9 e a projeção é de que esse valor reduza ainda mais até 2040, chegando em 1,6 filhos por mulher.

Vale ressaltar que, como mostra IBGE (2018), o tempo médio dedicado a afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas é de 18,1 horas semanais para uma mulher, enquanto para um homem é de 10,5 horas semanais. Ainda, mulheres que necessitam conciliar o trabalho com os afazeres domésticos são a maioria, o que as levam a trabalharem em período parcial de trabalho – da população total brasileira ocupada em trabalho por tempo parcial, 28,2% são mulheres, enquanto 14,1% são homens.

De acordo com dados retirados do portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2018), o último Censo da Educação Superior realizado em 2016 revelou que entre os estudantes matriculados em cursos de graduação, 57,2% são mulheres. Já no campo da docência, 45,5% dos docentes da Educação Superior são mulheres.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), adiciona que, em dados tabulados em 2016, da população total brasileira com 25 anos ou mais, 23,5% das mulheres brancas possuem ensino superior completo – valor maior do que dos homens brancos, que é de 20,7%. Já dentre a população negra e parda, esse número é menor: apenas 10,4% das mulheres e 7,0% dos homens concluíram o ensino superior.

Em relação ao rendimento médio por todos os trabalhos, entre 2012 e 2016, as mulheres receberam 75% do valor recebido pelos homens. E ainda, entre homens e mulheres com ensino superior completo, essa diferença é ainda maior: as mulheres, mesmo sendo maioria, receberam 63,4% do valor total recebido pelos homens (IBGE, 2018).

2.2 A ARQUITETURA E URBANISMO NA HISTÓRIA E SEUS ATORES

A arquitetura pode ser considerada como resultado do ambiente onde está inserido, seja este natural ou ambiente social. Ela pode ser determinada pelo contexto onde se situa, porém possui diversos aspectos que a caracterizam: funcionais, econômicos, sociológicos, bioclimáticos, simbólicos, estéticos e afetivos. E na teoria e história da arquitetura, por muito tempo, os relatos focaram apenas nos aspectos estéticos, na volumetria e na escultura (HOLANDA, 2007, p.116-118).

Benevolo (1997, p.40) mostra que as primeiras civilizações, na Mesopotâmia e no Egito, a origem da cidade surgiu e ruuiu de maneiras diferentes. Essas duas civilizações são consideradas o berço da história e da arquitetura ocidental, por apresentarem organizações urbanas independentes e linguagem escrita (FAZIO; MOFFETT; WODEHOUSE, 2011, p.14).

Glancey (2001, p.18) relata que primeiro arquiteto do qual se tem conhecimento é Imhotep, arquiteto do rei egípcio Zoser em Sakkara, 2778 a.C. Foi o responsável por criar o primeiro monumento em pedra importante para a história do mundo – uma pirâmide em degraus com cerca de 60m de altura. Ainda, o autor cita outro arquiteto do Egito antigo, Senmut, responsável por criar o templo funerário da rainha Hatsheput em 1520 a.C.

Avançando na história, na arquitetura clássica se destacam os gregos e a sua arquitetura inigualável, que inspira arquitetos até os dias de hoje. Sua arquitetura era misteriosa e o maior símbolo de seu legado é o Parthenon, construído em 436 a.C. (GLANCEY, 2001, p.26-27). Para os gregos, a arquitetura era uma forma de arte baseada na matemática e na proporção, onde buscavam um equilíbrio harmônico entre as partes de um edifício (COLE, 2013, p.96).

Fazio, Moffett e Wodehouse (2011, p.55) expressam que a proporção e a organização das obras arquitetônicas refletiram diretamente nas cidades gregas e na organização social. Todo o comportamento da sociedade era guiado por um conjunto de regras democráticas, com templos que ostentavam as conquistas do povo e os lembravam constantemente de seus princípios. A Grécia representou uma época de pensamentos éticos e sociais que quebravam os paradigmas, onde os homens passaram a discutir a ética social, morais e costumes. Homens estes, que são lembrados até hoje: Sócrates, Platão, Aristóteles, entre outros (CHING; ECKLER, 2014, p.20).

Roth (2017, p.9) destaca outro nome importante para a arquitetura, Marcos Vitruvius. O arquiteto romano utilizou referências gregas e romanas para descrever a arquitetura por volta de 25

a.C. em três elementos básicos: firmeza, beleza e utilidade. Seu tratado perpetuou seu nome na história e teoria arquitetônica e guia arquitetos até os dias de hoje.

Glancey (2001, p.37) diz que após a queda de Roma e as incertezas de guerras na Europa no século V d.C., a Idade Média entra no período conhecido como a Idade das Trevas, mas que para a arquitetura, foi um período de luz. De acordo com Gypmel (2001, p.30), nessa época, os reis reivindicaram sua soberania que anteriormente estava em posse da Igreja, porém ainda possuíam uma forte crença teológica. O resultado foi que com o apoio da população, os burgueses expressaram o símbolo de suas conquistas, crenças e da identidade do povo através da construção das catedrais góticas.

As edificações religiosas são os maiores exemplares da arquitetura gótica e românica devido principalmente ao poder financeiro que as igrejas possuíam e dos técnicos em arquitetura que possuíam. Vale lembrar que o arquiteto na Idade Média era denominado mestre de obras, pois o título de arquiteto só passou a ser utilizado mais tarde. O aprendizado da construção era oferecido para jovens que com a tutela de mestres, estudavam por vários anos na prática arquitetônica até se tornarem também, mestres (FAZIO; MOFFETT; WODEHOUSE, 2011, p.259).

Mais à frente do percurso histórico, surge o Renascimento, com expressiva arte e literatura em um período de renovação e retomada dos princípios clássicos. Foram nas artes visuais que o Renascimento se destacou e teve seus maiores exemplares, assim, a escultura, arte e arquitetura se somaram e tiveram como protagonistas artistas excepcionais, como Donatello, Leonardo da Vinci, Michelangelo e Boticelli. Os textos de Vitruvio inspirou vários arquitetos da época, como Filippo Brunelleschi e Andrea Palladio (BURKE, 2008, p.16-20).

Os renascentistas afirmavam o homem como o centro do mundo e o mundo sendo criação divina. Assim, buscavam na natureza de Deus a referência para a sua arte. Ainda, buscando inspiração nos estudos clássicos, artistas e eruditos retomaram a discussão do urbanismo e das proporções (GYMPEL, 2001, p.44).

O próximo período que tem atores cruciais para a história da arquitetura é o Barroco, onde Glancey (2001, p.880) mostra que Borromini e Bernini criaram obras fascinantes e teatrais. O Barroco teve início na década de 1630, com o desejo da Igreja em retomar seus fiéis através de um estilo exageradamente cinematográfico e sensual. O estilo predominou por toda a Europa, indo além de igrejas e conquistando palácios e palacetes (CHING; ECKLER, 2014, p.42). Inspirado por Borromini, outro arquiteto de destaque surge – Guarino Guarini (1624-1683) com projetos

exuberantes, reunindo geometria e curvas em formas complexas. (FAZIO; MOFFETT; WODEHOUSE, 2011, p.375).

Surge então, o Iluminismo, corrente filosófica anticlerical que via na razão dos homens, a luz de suas dúvidas. Um movimento racional e científico que pressupunha a relação social como fenômeno natural. Diversos filósofos expuseram suas ideias iluministas, como John Locke, Rousseau e Montesquieu, defendendo a participação pública nas decisões políticas. Na arquitetura, destacaram-se Carlos Lodoli e Abbé Laugier, representantes de um pensamento utópico que argumentava que o ambiente arquitetônico influenciava o espírito dos homens e que era capaz de motivá-los a agir com razão e moral (GYMPEL, 2001, p.62-63).

Com influência dos ideais iluministas, a França vive a Revolução Francesa em 1789, o governo absolutista caiu dando espaço para a democracia e a burguesia ascenderem. Com a tomada do poder por Napoleão Bonaparte, grandes obras foram feitas por arquitetos que desenvolveram um estilo marcante para o governo napoleônico. Charles Percier e Pierre François Leonard Fontaine conceberam obras grandiosas a pedido do imperador, em um estilo que relembra o clássico em escalas monumentais. Porém, ao mesmo tempo, na Inglaterra, tinha-se início a Revolução Industrial, que significaria muito mais para a arquitetura do que os vultosos edifícios de Napoleão (GLANCEY, 2001, p.126-127). Vale ressaltar que Napoleão remodelou o centro de Paris, trazendo à tona a discussão urbanística. O modelo de replanejamento da cidade tornou-se um modelo para o mundo todo (CHING; ECKLER, 2014, p.47).

Hobsbawm (2006, p.15-21) relata que a Revolução Francesa foi um período de significativas transformações políticas que desejavam se libertar da dominação religiosa, da hierarquia de poder baseada no parentesco e da ignorância da Idade Média. Ainda, o autor relata que simultaneamente na Grã-Bretanha acontecia a Revolução Industrial, que considera o mais importante acontecimento da história, sob qualquer perspectiva.

Toda a Europa estava passando por transformações sociais e econômicas e a Inglaterra foi o centro dessas mudanças. O surgimento de grandes fábricas com a produção mecanizada, a criação de motores à vapor, a utilização do carvão para gerar energia, a revolução comercial e agrícola fez da Inglaterra o ponto culminante de uma revolução que transformaria todo o mundo (OLIVEIRA, 2004, p.85)

Glancey (2001, p.137-138) relata que mecanização da arquitetura e a consequente extinção do artesão fez com que a maioria dos arquitetos reagiu negativamente às mudanças que a Revolução Industrial introduzia. Porém, grandes feitos da engenharia foram atingidos nesse período, com

incríveis pontes de ferro e edifícios com estruturas de ferros gigantescas. Alguns nomes destacados pelo autor são: Isambard Kingdom Brunel, Jesse Hartley, Godfrey Thomas Greene, Gustave Eiffel, Victor Contamin, Charles Dutert, Pierre-François-Henri Labrouste, entre outros.

Por outro lado, embora trouxesse inovações como nunca antes vistas, a Revolução Industrial sustentou um modo de vida entre as classes sociais com relações desiguais de poder. A classe operária possuía um estilo de vida insalubre, onde as economias fabris ofertavam empregos repetitivos e duradouros, que não demandavam um alto grau de escolaridade, o que reduziu o desempenho escolar dos trabalhadores (BEYNON, 1995).

As alterações do período industrial criaram uma nova arquitetura científica e tecnológica no século XIX, que acabou por se diferenciar da arquitetura como arte. A exploração de novos materiais com a combinação de elementos de períodos anteriores embasou o que viria a ser a arquitetura Eclética, onde as referências históricas dialogavam com a ciência e o progresso (PEDONE, 2003, p.130) Gympel (2001, p.70) cita alguns nomes responsáveis pela arquitetura eclética do século XIX, como Augustus Welby Pugin, Gottfried Semper e Paul Wallot.

Como nenhuma arquitetura era dominante, a arquitetura passa a aceitar todos os estilos, o que acaba por tornar os elementos arquitetônicos que antes eram carregados de significados em mera ornamentação – apesar do discurso eclético defender o conhecimento das expressões arquitetônicas anteriores (FABRIS, 1995, p.74).

Prosseguindo no percurso histórico da arquitetura, Glancey (2001, p.171) relata que com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, os líderes dos regimes totalitários utilizavam da arquitetura como uma forma de propaganda e a arquitetura seguia os poderes políticos que regiam a Europa. Após a Segunda Guerra, surge um novo estilo, o Modernismo, que acaba por ofuscar qualquer outro movimento que estivesse sendo feito simultaneamente.

A arquitetura moderna veio para criticar o passado, manifestando seu propósito de desenvolver uma nova linguagem que atendesse às necessidades de um mundo pós-guerra. Assim, surgiu então grandes construções habitacionais, nas quais a arquitetura deveria ser econômica, racional e funcional. Ainda, o crescimento das cidades relevou a necessidade de uma reorganização, dando a oportunidade aos modernistas de inovarem no planejamento urbano (MALARD, 2004, p.5). Benevolo (2001, p.403) revela que o desenvolvimento do movimento moderno se deu em diferentes lugares, com ações individuais que apesar de independentes, colaboraram para criar o cenário do Modernismo. O autor elenca algumas contribuições: as obras de Le Corbusier, o

arquiteto Walter Gropius e seus colaboradores da Bauhaus, os construtivistas russos, o percurso de Mies Van der Rohe, entre outros.

Gympel (2001, p.89) descreve a Bauhaus como uma novidade nas escolas artísticas alemãs, fundada em 1919 por Weimar que posteriormente foi substituído por Walter Gropius. A escola defendia a expressão máxima da arquitetura através da objetividade nos projetos arquitetônicos, por meio da simplicidade das formas, pureza dos materiais e ausência ornamental.

Le Corbusier, de acordo com Glancey (2001, p.182), foi o arquiteto mais poético e inventivo que já viveu. O arquiteto suíço atuou na área arquitetônica, urbanística e artística sempre com pensamentos radicais e polêmicos. Criou seu próprio sistema de proporções – o Modulor – e defendia o uso da residência como “máquina de morar” – uma casa tão funcional quanto uma máquina. Gympel (2001, p.90) relata que Le Corbusier ainda desenvolveu vários projetos urbanísticos e manifestos pela arquitetura funcional.

Le Corbusier também influenciou a arquitetura moderna, sendo consultor técnico para a construção do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro em 1936, com o projeto de Lúcio Costa. Ainda, outros nomes da arquitetura moderna se destacaram no Brasil: Oscar Niemeyer, o maior expoente modernista brasileiro; Afonso Eduardo Reidy, autor do museu de arte moderna do Rio de Janeiro; Vilanova Artigas, apesar de pertencer à escola paulista e defender uma arquitetura carregada de ideologias (ZUFFO, 2009, p.40-56).

Em uma crítica a arquitetura funcional modernista, surge o pós-modernismo, onde Colin (2002) afirma que ressurge o desejo de recuperar a arquitetura como portadora de significados e romper com os preceitos individualistas, racionais e internacionais do modernismo. Glancey (2001, p.199) cita Robert Venturi e seu livro *Complexidade e Contradição na Arquitetura*, e ainda o livro *Aprendendo com Las Vegas*, escrito juntamente com sua mulher Denise Scott Brown⁴. Ambos os livros foram marcos para o pós-modernismo, tornando-se referência.

Gympel (2001, p. 108) descreve que um movimento elevou ao máximo a abstração do movimento moderno: o desconstrutivismo, através de formas extravagantes, caóticas e inusitadas, elevando a arquitetura como arte. Os principais arquitetos desconstrutivistas são Peter Eisenman, que deu início ao movimento ao romper com a geometria tradicional moderna; Frank Gehry e seus edifícios espetaculares e chocantes; Daniel Libeskind e sua arquitetura desenvolvida para envolver

⁴ Nota-se aqui, a primeira mulher relacionada à profissão da arquitetura no livro *História da Arquitetura*, de Jonathan Glancey (2001).

emocionalmente os seus usuários e Zaha Hadid, arquiteta iraquiana que desenvolveu uma estética única, sinuosa e interativa (GLANCEY, 2001, p.223).

Zaha Hadid (1950-2016) foi a primeira mulher a ganhar o Prêmio Pritzker – a premiação mais prestigiada do mundo da arquitetura – em 2004. A arquiteta iraquiana projetou formas revolucionárias em obras desconstrutivistas e mesmo após seu falecimento em 2016, seu escritório permanece como um dos mais renomados do mundo. Zaha sempre lutou pela valorização do trabalho das mulheres e é um dos poucos nomes femininos que marcaram a história (DUQUE, 2017).

Benjamin (1987, p.225) relata que investigadores historicistas sempre mantiveram a relação de empatia com o “vencedor” da história, o que acabou por beneficiar os dominantes em detrimento de classes oprimidas. Saffioti (1987, p.11) explica que há a classe dominante e a classe subalterna na história quando relacionada a classes sociais. Do ponto de vista de gênero, a história privilegiou o homem e pouco foi registrado do percurso feminino até os dias de hoje e apenas em resgastes resultantes de movimentos sociais, é que se encontra menções aos feitos dessas mulheres ocultas por tanto tempo.

De acordo com Sperling (2008, p.30), o pensamento tradicional que guiou a cultura ocidental através da história, foi construído através da hierarquização da linguagem em oposições binárias, como positivo-negativo, puro-impuro, homem-mulher. Esse conceito só passou a ser revisto e desconstruído na contemporaneidade. Para Matos (2011), para tratar sobre temas que envolvem grupos sociais, é essencial que seja considerado as dimensões e perspectivas desses grupos e a sua experiência com a estrutura institucional – oportunidades, discriminações e liberdades. Para a autora, para a sociedade contemporânea continuar em projeto de crescimento, deve-se debater essas questões e considerar a configuração e dinâmica dos grupos sociais minoritários.

2.1.5 A mulher na história da arquitetura e do urbanismo

Hobsbawm (2013, p.80) revela que muitos historiadores – inclusive ele – não se deram conta do vazio histórico no que se referia às mulheres e que o assunto só passou a ganhar notoriedade após 1970 com revoluções sociais. Perrot (1995, p.14) explica que um dos motivos da ausência das mulheres na história se explica pelo fato da história ser contada a partir de relatos de

acontecimentos políticos, os quais as mulheres tiveram pouca ou nenhuma participação, por estarem reclusas no âmbito privado.

Segundo Beauvoir (1970, p.73), a fraqueza da mulher comparada à força do homem na pré-história justifica a dominação masculina. Nesse âmbito, a biologia ainda definia a autoridade masculina. O determinismo biológico definiu que papéis sociais estavam impostos às mulheres em razão de seu sexo, ou seja, era da natureza feminina estar reclusa, ser íntima e recada (FONTES, 2016, p.105), e de acordo com Rago (2004, p.603) esse pensamento perdurou e até o início do século XX, onde ainda acreditava-se que a vida pública era incompatível com a biologia feminina.

Fontes (2016, p.97) relata que a tradição arquitetônica, por muito tempo se baseou em tratados como o Vitruvio – que associava a questão da proporção com o corpo humano com o ambiente, ressaltando que a proporção perfeita era a do homem. Agrest (1965, p.585) explica que o antropomorfismo foi a base da arquitetura vitruviana e que perdurou até o movimento moderno. Porém, ao priorizar o corpo masculino, o discurso de Vitruvius acabou por ocultar a relação feminina com a arquitetura no contexto social e no panorama artístico.

Apesar disso, é possível encontrar registros na história que mostram a participação feminina na arquitetura de variadas formas. Segundo Walker (2000, p.90) ainda que as mulheres só tenham tido acesso à educação arquitetônica no final do século XIX, algumas participaram da construção arquitetônica e do urbanismo através do poder político.

De acordo com Robins (1999, p.112), uma das primeiras mulheres influentes da história foi a faraó Hatsheput, que governou ao lado do marido Thutmose II na oitava dinastia egípcia, depois da morte de seu marido, Hatsheput adotou nomes de seus ancestrais masculinos e ficou conhecido como o rei feminino, enquanto governava ao lado do rei regente Thutmose III. Hatsheput foi responsável por criar um programa de construção monumental, que incluía santuários, templos e estradas. Seu maior projeto foi seu próprio templo mortuário construído pelo arquiteto Senenmut⁵ (WALKER, 2000, p.90).

Outra mulher influente na arquitetura e no urbanismo foi a russa Hadice Turhan Sultan, uma mulher que entrou no palácio russo como concubina do sultão Ibrahim I e juntos, tiveram o filho Mehmed IV. Em 1648, Ibrahim faleceu e Hadice tornou-se a rainha-mãe, pois seu filho possuía apenas seis anos de idade. Desse modo, Turhan governou o império otomano até a sua morte em 1683. Nesse período, ela tornou-se patrona da arquitetura através de ambiciosos projetos

⁵ Glancey (2001, p.21) cita o arquiteto como Senmut.

de larga escala na Constantinopla e províncias ao redor, que incluíam fortes, tumbas, escolas primárias, pavilhões reais, complexos de mercados (THYS-SENOCAK, 2017, p.1).

Walker (2000, p.91) relata que a atuação direta das mulheres na concepção de projetos arquitetônicos na história é relativamente pequena. Retomando a discussão iniciada no texto anterior “1. Aproximações teóricas nos fundamentos arquitetônicos”, inicialmente as mulheres encontraram seu caminho na arquitetura através do campo teórico. Mas, como mostra Lima (1999, p.15) algumas iniciativas buscavam mostrar as obras arquitetônicas feitas por mulheres, como a exposição “Mulheres na Arquitetura: uma perspectiva histórica e contemporânea” realizada nos Estados Unidos para mostrar a produção arquitetônica feminina na extensão de todo o país. Porém, o evento em geral não obteve tanto interesse por parte de profissionais da época.

Wadsworth (1990) narra a história de Julia Morgan em seu livro *Julia Morgan, Architect of Dreams*, a primeira arquiteta licenciada da história, pela Escola de Belas Artes de Paris, em 1898. A escola passou a admitir estudantes mulheres apenas em 1897, mais de 200 anos depois de ser fundada. Depois de formada, Julia voltou para seu país de origem, os Estados Unidos e abriu seu escritório na Califórnia. Apesar do ceticismo da maior parte da sociedade, Julia concebeu diversos projetos de grande porte, como igrejas, casas de clube, hospitais, orfanatos, entre outros.

Walker (2000, p.91) menciona também Sophia Hayden, que recebeu o título de arquiteta pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts em 1980, mas não pode atuar na área devido à dificuldade de encontrar trabalho na área. Em 1981, Hayden participou de uma competição para construir o *Woman's Building* na Exposição Universal de Chicago, um projeto que visava incluir as mulheres na área arquitetônica. Porém, ao participar dos desafios do concurso, Sophia percebeu que recebia um décimo do valor que era pago aos homens pela mesma participação no desenvolvimento do projeto do *Woman's Building* e que todas as suas propostas eram modificadas ou ignoradas. Depois do concurso, Hayden abandonou a profissão como arquiteta.

O acesso tardio das mulheres às escolas de arquitetura foi um dos principais motivos pelos quais as mulheres foram invisibilizadas da profissão da arquitetura. Também, mesmo quando estavam inseridas no meio acadêmico, geralmente eram coagidas a trabalharem em áreas “específicas” para as mulheres (FONTES, 2016, p.57)

No caso do modernismo, como aponta Heynen (2005, p.103) o cenário ainda mantinha o discurso de que a mulher era associada ao lar e as capacidades de cuidar e nutrir, enquanto o homem era possuidor da razão e da administração. Esse cenário também é defendido por Antunes (2012, p.65), ao expressar que a arquitetura moderna, apesar de ter transformado profundamente a

sua época e criticar aspectos históricos da sociedade, não demonstrou interesse em questionar o patriarcado. De acordo com Araújo e Lima (2018, p.17), as poucas mulheres que atuavam na área da arquitetura no período modernista que receberam algum reconhecimento foram as que trabalharam com arquitetos famosos, e ainda, eram responsáveis pelo desenvolvimento do mobiliário, arquitetura de interiores e decorações. Algumas delas são: Charlotte Perriand e sua colaboração com Le Corbusier, Lilly Reich associada à Mies Van der Rohe e Eileen Gray, que trabalhou com alguns arquitetos de vanguarda em 1920.

Vale mencionar aqui, a história de Eileen Gray e Le Corbusier, de acordo com Teixeira (2018, p.27), Eileen foi uma arquiteta moderna, admiradora assídua das obras de Le Corbusier, demonstrando seu interesse pelo modernismo e pelo discurso de Le Corbusier, ao projetar a sua própria casa de férias – e de seu marido Jean Badovici – seguindo os princípios modernistas. A residência, conhecida como E1027, utilizou os cinco pontos da arquitetura propostos por Le Corbusier, porém com alguns ideais que questionavam aspectos modernistas. Ainda assim, em 1934, Gray se mudou e Le Corbusier, sem autorização, residiu na casa e pintou diversos murais em suas paredes brancas. De acordo com as autoras, diversas vezes Eileen foi questionada sobre a autoria do projeto, pois acreditavam que o projeto original era de seu marido ou de Le Corbusier. Porém, o arquiteto nada fez para desmentir a situação e ainda desconfigurou e manipulou a residência. Apenas em uma carta à Eileen, reconhece a autoria do projeto à arquiteta. Em 1956, Badovici falece sem deixar um testamento e Eileen perde o direito à residência, que foi restaurada e ainda é mantida como uma memória aos murais de Le Corbusier. Antunes (2012, p.89) relata que o uso de murais sempre foi considerado um ato de vandalismo por Le Corbusier e que o arquiteto, em sua obsessão pela casa, pintou os murais como um presente ofensivo e não os via como uma invasão a arquitetura criada por Eileen.

Farinasso e Freire (2018, p.101) destacam que desde a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos começaram a receber mais atenção por parte dos governos, sendo a primeira novidade do pós-modernidade em detrimento com o modernismo. Conforme Montaner e Muxí (2014, p.17), os direitos reivindicados pela sociedade nesse período buscavam o reconhecimento e garantia de direitos que envolviam a moradia, justiça, trabalho e salubridade para grupos sociais que antes eram invisíveis – como é o caso das mulheres.

Denise Scott Brown diz que a arquitetura sempre exaltou a figura do “gênio” artístico, um símbolo da inspiração e criatividade a ser seguido. Ainda, ressalta que apesar das promessas da pós-modernidade, a arquitetura apenas substituiu a visão do arquiteto revolucionário pelo arquiteto

tendência (BROWN, 2000, p.261-263). Fontes (2016, p.135) explica que ao se valorizar apenas o criador e o seu projeto, oculta-se os outros processos que compõem a criação de uma obra, como estrutural, paisagístico, entre outros.

Boa parte das arquitetas que se associaram ou se casaram com arquitetos acabaram sendo ocultas por estes, muitas vezes, sendo consideradas apenas assistentes. O fato de realizarem parcerias para se manterem no mercado trabalho reduzia as suas chances de serem protagonistas no cenário arquitetônico (GÁTI, 2018, p.23).

2.1.6 A mulher arquiteta brasileira

O percurso feminino no Brasil no campo arquitetônico foi diferente do percurso feminino da Europa e dos Estados Unidos. Enquanto as mulheres adentravam a arquitetura através da teoria arquitetural sobre residências e domesticidade fora do Brasil, dentro dele, a escravidão ainda era vigente (FONTES, 2016, p.77). Lima (1999, p.55) afirma que no século XIX, apesar das brasileiras não discutirem o âmbito doméstico, a imprensa feminina discutia as desigualdades políticas e sociais no país e algumas mulheres se dedicaram a atividades práticas relacionadas à arquitetura.

A carreira arquitetônica entre as décadas de 1970 e 1980 foram o alvo da escolha feminina por três principais motivos: o primeiro, pelo recém adquirido papel social da mulher inserida no mercado de trabalho; o segundo, porque houve um abandono do campo pelos homens devido à instabilidade no mercado de trabalho e o terceiro, pelo campo arquitetônico ser visto como mais próximo a decoração do que a engenharia (SÁ, 2010, p.44).

Uma das primeiras mulheres a atuarem na área da arquitetura e do urbanismo foi Carmem Velasco Portinho (1903-2001), a terceira engenheira formada no país e a primeira urbanista brasileira. Se comprometeu à luta feminista no Brasil e teve uma trajetória múltipla (MONTANER E MUXÍ, 2014, P.59). Carmem lutou pelo sufrágio feminino, ajudou a fundar a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA) sendo a primeira presidente, ministrou aulas, fez parte da diretoria de Obras e Viação do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e ainda foi a engenheira de diversos projetos desenvolvidos com o seu marido, Affonso Eduardo Reidy. Mais tarde, Portinho assumiu a construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM RJ), projetado por seu marido e fez parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CDNM) (ABREU, 2001).

Portinho foi colega de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Jorge Moreira, além de ter se encontrado com Le Corbusier em sua passagem pela Europa, o que influenciou sua maneira de

pensar edifícios habitacionais. Carmem Portinho teve uma trajetória intensa, marcante e significativa para a história da arquitetura e urbanismo brasileiro (LIMA, 1999, p.56).

A arquiteta mais citada e reconhecida no âmbito brasileiro foi Lina Bo Bardi, arquiteta italiana que teve atuação expressiva no Brasil. Sempre se definiu como uma arquiteta moderna e apesar da formação italiana, consagrou o Brasil como sua residência após sua vinda – e de seu marido Pietro Maria Bardi, em 1946 (RUBINO, 2002, p.1-2). Lima (1999, p.56) relata que Lina atuou em São Paulo e Salvador, fundou e dirigiu a revista Habitat, concebeu obras marcantes como o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MASP) e sua residência a Casa de Vidro, projetou móveis, trabalhou com cenografia e cinema e ainda participou e organizou diversos eventos importantes para a época.

Outro nome feminino importante da arquitetura brasileira é Carla Juaçaba, formada em arquitetura no Rio de Janeiro e arquiteta premiada pela ArcVision – Mulheres da Arquitetura. Carla possui uma série de projetos de destaque internacional, que envolvem o desenvolvimento sustentável, incluindo o Pavilhão da Humanidade projetado para o evento Rio+20. Ainda, desenvolveu estudos arquitetônicos relacionados à paisagem natural e à arte nativa brasileira (DELAQUA, 2014).

Lima (1999, p.59) ainda destaca a arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima, nascida no Japão e naturalizada brasileira. Mayumi se destacou no âmbito teórico no que diz respeito à espaços arquitetônicos voltados à educação, mais especificamente para crianças. Publicou três livros sobre o assunto, sendo uma das poucas arquitetas latino-americanas a possuírem um livro inteiramente dedicado ao seu trabalho.

Antunes (2012, p.134) relata que atualmente, é perturbadora a ausência da discussão sobre a presença feminina na arquitetura, seja no meio profissional ou acadêmico e que poucas escolas lecionam sobre o assunto. Rago (2014), diz que “[...] é importante que possamos estabelecer as pontes que ligam as experiências da história recente com as do passado, acreditando que nos acercamos de um porto seguro e nos fortalecemos para enfrentar os inúmeros problemas do presente” (RAGO, 2014, p.605). Isso demonstra uma grande preocupação em continuar a reflexão sobre a discussão de gênero no campo arquitetônico. Com os exemplos citados, é possível notar que aos poucos as mulheres estão recebendo a devida notoriedade pelo seu trabalho e isso apenas teve início devido à debates feministas e à luta de muitas mulheres – muitas mais do que é possível citar em apenas um estudo – que geraram uma grande repercussão na contemporaneidade.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na análise deste trabalho é a de pesquisa bibliográfica, como aponta Manzo (1971), através da bibliografia pode-se resolver problemas já conhecidos ou explorar novas áreas onde os problemas não são precisos. Gil (2002) ressalta que a pesquisa bibliográfica permite ao investigador cobrir uma gama de fenômenos muito mais ampla sobre o objeto de estudo.

A pesquisa tem caráter exploratório e de acordo com Marconi e Lakatos (2003), a investigação da pesquisa tem o objetivo de obter descrições tanto qualitativas quanto quantitativas do objeto de estudo. Para Gil (2002), pesquisas de caráter exploratório podem ser desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. No caso dessa pesquisa, a busca pelos atuantes da história da arquitetura foi realizada através de livros frequentemente difundidos no meio acadêmico, como os livros de Benevolo: História da arquitetura moderna (2001) e História da cidade (1997), o livro História da arquitetura, de Jonathan Glancey (2001), o livro História da arquitetura: da antiguidade aos nossos dias, de Jan Glynn (2001). Para o aprofundamento no tema, foram utilizadas referências complementares em busca de nomes femininos participantes do campo arquitetônico.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Até a presente etapa da pesquisa, exibiu-se um breve relato de como a mulher se inseriu no mercado de trabalho, suas dificuldades e conquistas ao longo da história. Também, foi apresentado um rápido contexto da arquitetura e do urbanismo focando em seus atores mais conhecidos, mostrando que em sua grande maioria, pertencem ao gênero masculino. E assim, foi realizada uma breve busca na história apresentando alguns nomes femininos da arquitetura e do urbanismo no mundo e mais tarde, no Brasil.

Para entender os dados obtidos, foi organizado na tabela a seguir os protagonistas citados neste artigo, que constituíram o campo da arquitetura e urbanismo, de acordo com o período, local de maior atuação e gênero do arquiteto. O local foi descrito de acordo com o continente, devido à variedade de países de atuação dos arquitetos.

Tabela 01 – Protagonistas na história da Arquitetura e Urbanismo

Período	Local	Gênero Masculino	Gênero Feminino
2778 a.C.	Oriente Médio	Ihmotep e Senmut (GLANCEY, 2001)	Hatsheput (ROBINS, 1999)
25 a.C.	Europa	Vitrúvio (ROTH, 2017)	-
Séc. XIV	Europa	Brunelleschi e Palladio (BURKE, 2008)	-
Séc. XVI	Europa	Borromini e Bernini (GLANCEY, 2001)	-
		Guarino Guarini (FAZIO; MOFFETT; WODEHOUSE, 2011)	
Séc. XVII	Europa	Carlos Lodoli e Abbè Laugier (GYMPEL. 2001)	Hadice Turhan Sultan (THYS- SENOCAK, 2017)
Séc. XVIII	Europa	Charles Percier, Pierre François, Isambard Kingdom Brunel, Jesse Hartley, Godfrey Thomas Greene, Gustave Eiffel, Victor Contamin, Charles Dutert, Pierre-François- Henri Labrouste (GLANCEY, 2001)	-
Séc. XIX	Europa	Augustus Welby Pugin, Gottfried Semper e Paul Wallot (GYMPEL, 2001)	Julia Morgan (WADSWORTH, 1990)
Séc. XX	Europa	Le Corbusier, Walter Gropius, Mies Van der Rohe (BENEVOLO, 2001)	Zaha Hadid (GLANCEY, 2001) Charlotte Perriand, Lilly Reich, Eileen Gray (ARAÚJO E LIMA, 2018)
	América do Norte	Robert Venturi (GLANCEY, 2001) Peter Eisenmann, Frank Gehry, Daniel Libeskind (GLANCEY, 2001)	Denise Scott Brown (GLANCEY, 2001) Sophia Hayden (WALKER, 2000)
	América do Sul	Oscar Niemeyer, Afonso Eduardo Reidy, Vilanova Artigas (ZUFFO, 2009)	Carmem Portinho (ABREU, 2001) Lina Bo Bardi (RUBINO, 2002) Carla Juaçaba (DELAQUA, 2014) Mayumi Watanabe (LIMA, 1999)

Fonte: elaborado pela autora, 2019.

A tabela 01 mostra que nos livros mais difundidos no meio arquitetônicos, poucas vezes os nomes de mulheres foram citados, sendo apenas encontrados em referências complementares. Isso reafirma a já citada na introdução deste artigo, a autora Marina de Lima Fontes (2016, p.104) que relata que pesquisas relacionadas às mulheres são tratadas como um anexo a história “original” da arquitetura. Também é possível notar uma grande diferença no número de homens citados, sendo 33 homens e apenas 13 mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gênese da arquitetura se deu de diferentes formas, mas principalmente para atender à necessidade básica de proteção dos seres humanos. Ainda assim, as civilizações se desenvolveram de maneira desigual, por possuírem diferentes crenças e prioridades (CHING; ECKLER, 2014, p.14). Porém, de maneira geral, nos locais estudados por este artigo foi possível notar que as mulheres obtiveram pouca participação e protagonismo no que se refere ao campo arquitetônico e não aparecem em livros de história tão frequentemente.

Com a produção feminina negligenciada, pouquíssimas mulheres se tornaram referência, o que reflete diretamente no campo acadêmico e profissional. A representatividade é fundamental nesses campos, visto que é uma maneira de inspirar acadêmicos e profissionais a progredirem e se manterem na profissão, tendo a percepção de que são tão qualificados para atuar nas diversas áreas da arquitetura e do urbanismo, quanto os demais profissionais, independentemente de seu gênero.

A continuação desta pesquisa busca refletir se a falta da representatividade histórica feminina afetou o meio profissional no século XXI e como esse se encontra atualmente no que se refere à questão de gênero e espaços de protagonismo. O que se pode concluir até então, é que as mulheres foram em sua maioria, privadas do percurso arquitetônico até o século XX e as que marcaram seus nomes na história apenas são encontradas quando o assunto se trata especificamente sobre mulheres. Visto que a história não pode ser alterada, as ideologias e políticas passadas devem apenas servir de aprendizado, onde o meio acadêmico e profissional deve buscar progredir cada vez mais no que se refere à inclusão e representatividade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2014.

AGREST, Diana I. À margem da arquitetura: corpo, lógica e sexo. In: **Uma nova agenda para a arquitetura**. NESBITT, K (org.). Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: COSACNAIFY, 2006.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A transição da fecundidade no Brasil e no mundo segundo as novas projeções da ONU**. EcoDebate. Informações, artigos e notícias socioambientais. 2019. Disponível em <<https://www.ecodebate.com.br/2019/06/28/a-transicao-da-fecundidade-no-brasil-e>

no-mundo-segundo-as-novas-projecoes-da-onu-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ANTUNES, Lia Pereira Saraiva Gil. **Arquitectura: substantivo feminino: contribuição para uma história das mulheres na arquitectura**. 217p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/20558>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ARAÚJO, Fanny Schroeder de Freitas; LIMA, Ana Gabriela Godinho de. Trabalho de Mulheres: estética feminina e moralidade. In: **Revista Arquitetas Invisíveis: nas sombras**. v. 2, n. 1, p. 17-19. 2018. Disponível em <<https://www.arquitetasinvisiveis.com/revist>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary del Priore (org.). 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1. Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 10, p. 5-27. 1995. Disponível em < <http://anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/rbcs/210-rbcs-27>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BROWN, Denise Scott. Room at the Top? Sexism and the Star System in the Architecture. In: **Gender Space Architecture: An interdisciplinary introduction**. BORDEN, I.; PENNER, B.; RENDELL, J. (org.). New York: Routledge, 2000.

BURKE, Peter. **O renascimento**. Lisboa: Texto & Grafia, 2008.

CAUFAG - **Manual de TC 2019.2**. Obra não editada. Cascavel – PR: FAG, 2019. Disponível em: < <https://www.fag.edu.br/arquitetura/tcc>> Acesso em: 19 ago. 2019.

CHING, Francis D.K.; ECKLER, James F. **Introdução à Arquitetura**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2014.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2002.

DELAQUA, Victor. **Dia do Arquiteto: As arquitetas brasileiras**. Archdaily Brasil. 15 dez 2014. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/759075/dia-do-arquiteto-as-arquitetas-brasileiras>> Acesso em: 23 ago. 2019.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary del Priore (org.). 7 Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUQUE, Katarina. **Em foco: Zaha Hadid**. Traduzido por Romullo Baratto. Archdaily Brasil. 2017. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/756488/em-foco-zaha-hadid>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

FABRIS, Annateresa. A crítica modernista à cultura do ecletismo. In: **Revista de Italianística**, v. 3, n. 3, p. 73-84. 1995. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/issn.2238-8281.v3i3p73-84>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

FARINASSO, Gabriela Cascelli; FREIRE, Raquel de Araújo. Público e Privado, Masculino e Feminino. In: **Revista Arquitetas Invisíveis: nas sombras**. v. 2, n. 1, p. 101-104. 2018. Disponível em <<https://www.arquitetasinvisiveis.com/revist>>. Acesso em: 27 ago. 2019

FAZIO, Michael; MOFFETT, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. **A história da arquitetura mundial**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2011.

FONTES, Marina Lima de. **Mulheres invisíveis: a produção feminina brasileira na arquitetura impressa no século XX por uma perspectiva feminista**. 225p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/22280>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GÁTI, Andrea. Esposas: A consorte nas parcerias profissionais entre arquitetos. In: **Revista Arquitetas Invisíveis: nas sombras**. v. 2, n. 1, p. 23-26. 2018. Disponível em <<https://www.arquitetasinvisiveis.com/revist>>. Acesso em 27 ago. 2019

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Antonio Carlos Gil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary del Priore (org.). 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

GLANCEY, Jonathan. **História da arquitetura**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

GYMPEL, Jan. **História da Arquitetura**. Da antiguidade aos nossos dias. Colônia: Konemann, 2001.

HEYNEN, H. **Modernity and domesticity**. Tensions and contradictions. Londres: Routledge, 2005.

HIBNER, Elzbieta. **Polish women, solidarity and feminism**. Entrevista concedida a Anna Reading. 1. ed. Londres: Grahame & Grahame, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

HOLANDA, Frederico de. Arquitetura sociológica. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 9, n. 1, p. 115-129. 2007. Disponível em <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/174>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira**. Artigo. 2018 <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206>. Acesso em: 26 ago. 2019.

KANAN, Lilia Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 17, n. 53, p. 243-257. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000200001>. Acesso em: 27 ago. 2019.

LIMA, Ana Gabriela Godinho. **Arquitetas e Arquitetura na América Latina no século XX**. e-book. ed. São Paulo: Altamira, 1999.

LIMA, Ana Gabriela Godinho; SOUSA, Cynthia Pereira de. **Reverendo a história da arquitetura: uma perspectiva feminista**. 179 p. Dissertação (Doutorado em História da Educação e Historiografia). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004. Disponível em <<https://bdpi.usp.br/single.php?id=001410487>>. Acesso em: 13 set. 2019.

MALARD, Maria Lucia. Forma, arquitetura. In: **Interpretar Arquitetura**, v. 6, n. 1, p-1-11. 2004. Disponível em <http://www.arq.ufmg.br/eva/textos_2.htm>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografías**: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MATOS, Marlise. Mulheres e Política – da cidadania inacabada das mulheres no Brasil a um projeto de desenvolvimento brasileiro sustentado. In: **Autonomia e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. FUNAG (org). v. 1, n. 1, p. 207-228. 2011. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=236>. Acesso em: 13 set. 2019.

MENDES; Chico; VERÍSSIMO; Chico; BITTAR, William. **Arquitetura no Brasil**: de Cabral a Dom João VI. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos.** 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: a arquitetura da segunda metade do século XX.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NETTO, José Teixeira Coelho. **A construção do sentido na arquitetura.** – 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da revolução industrial aos nossos dias. In: **Caminhos de Geografia**, v. 6, n. 11, p. 84-96. 2004. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15327>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU, 2017). **Apenas metade das mulheres em idade economicamente ativa participa do mercado de trabalho.** ONU Brasil. 2017. Disponível em < <https://nacoesunidas.org/apenas-metade-das-mulheres-em-idade-economicamente-ativa-participa-do-mercado-de-trabalho-diz-onu/>>. Acesso em 26 ago. 2019.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O espírito eclético na arquitetura. In: **ArqTexto**. v. 1, n. 06, p. 126-137. UFRGS. Porto Alegre: 2003. Disponível em <https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: **Cadernos Pagu**, v. 1, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PERROT, Michelle. História (sexualização da). In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. HIRATA, Helena; LABORIE, FRANÇOISE; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). São Paulo: Editora FEU, 2009.

PRATAS, Gloria Maria. Trabalho e religião: o papel da mulher na sociedade faraônica. In: **Mandrágora**, v. 17, n. 17, p. 157-173, 2011. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/download/2752/2938>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: **História das mulheres no Brasil**. Mary del Priore (org.). 7 Ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

ROBINS, Gay. The names of Hatshepsut as king. In: **The Journal of Egyptian Archaeology**, v. 85, n. 1, p. 103-112. 1999. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030751339908500107>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ROTH, Leland. **Entender a arquitetura.** Seus elementos, história e significado. Tradução Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

RUBINO, Silvana. **Rotas da modernidade: trajetória, campo e história na atuação de Lina Bo Bardi, 1947-1968.** 262p. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo. 2002. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280169>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

SÁ, Flávia Carvalho de. **Profissão: Arquiteta.** Formação profissional, mercado de trabalho e projeto arquitetônico na perspectiva das relações de gênero. 196p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. Disponível em < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-18012011-113711/publico/Flavia_Sa.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** 11. Ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. **A mulher trabalhadora.** In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). In: **História das Mulheres.** O século XIX. Porto: Afrontamento, 1991.

SICCAU. **Inédito: visão completa sobre a presença da mulher na Arquitetura e Urbanismo.** 2019. Disponível em <<https://www.caubr.gov.br/inedito-visao-completa-sobre-a-presenca-da-mulher-na-arquitetura-e-urbanismo/>> Acesso em: 18 ago. 2019.

SPERLING, David Moreno. **Espaço e Evento:** considerações críticas sobre a arquitetura contemporânea. 190p. Dissertação (Doutorado da Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-04032010-161052/en.php>>. Acesso em 27 ago 2019.

TEIXEIRA, Thays. Eileen Gray e a crítica de gênero. In: **Revista Arquitetas Invisíveis: nas sombras.** v. 2, n. 1, p. 27-29. 2018. Disponível em <<https://www.arquitetasinvisiveis.com/revist>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

THYS-SENOCAK, Lucienne. **Ottoman women builders:** The architectural patronage of Hadice Turhan Sultan. Nova York: Routledge, 2017.

VIEIRA, Adriane; AMARAL, Grazielle Alves. A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. In: **Saúde e sociedade,** v. 28, n. 2, p. 403-414, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/sausoc/>>/. Acesso em: 27 ago. 2019.

WALKER, Lynne. Women and architecture. In: **A View from the Interior: Feminism, Women and Design,** v. 7, n. 1, p. 90-105. Kirkham, Pat. Attfield, Judy (org.). Londres: The Women's Press, 2000.

WADSWORTH, Ginger. **Julia Morgan, Architect of Dreams: Architect of Dreams.** Estados Unidos, Minneapolis: Twenty-First Century Books, 1990.

ZUFFO, Élide Regina de Moraes. **Pioneiros modernos: verticalização residencial em Higienópolis.** 35p. Dissertação (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2009. Disponível em <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2572>>. Acesso em: 27 ago. 2019.